

# CONSIDERAÇÕES SOBRE O INDIVÍDUO REPRESENTATIVO\*

IVANISE LEITE DE MIRANDA\*\*

## RESUMO

Neste artigo são elaboradas considerações a propósito da importância teórica e metodológica de contextualizar o indivíduo, sob uma abordagem sócio-histórica. Registra-se uma dupla concepção desse objeto de estudo: os "homens reais", "indivíduos concretos", vivendo no mundo da alienação que os deforma, mutila e limita sua evolução; e o "homem representativo", "total" ou "verdadeiro", que corresponde à imagem de suas possibilidades históricas. Tenta-se aqui, apenas iniciar a discussão sobre tal objeto, sem nenhuma intenção de esgotá-lo, ou mesmo de dar conta da infinidade de facetas que o compõem.

## 1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

Seria pertinente definir uma ciência pela delimitação do campo que ela abrange? A postulação de uma ciência, circunscrevendo um campo de atividades da qual não possa ultrapassar, estaria percebendo o real ou estaria tomando pelo todo apenas uma de suas partes?

Seria correto pensar o homem fragmentado no ser político, no ser econômico, no ser psicológico, no ser social, no ser educacional, no ser biológico, dado que isso seria uma representação parcial e simplificadora do real?

Seguramente, se tomássemos como base áreas de atividades restritas, parâmetros claros, demarcações rígidas, sob a égide das contradições particulares, inerentes aos diferentes objetos submetidos ao conhecimento científico,

---

\* Este artigo constitui-se como parte das reflexões desenvolvidas em tese de doutorado defendida em 1992, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, intitulada " O Indivíduo Representativo: Considerações Sobre as Relações entre Valores Individuais e Consciência Social", sob a orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida Baccega.

\*\* Professora Assistente Doutora junto ao Departamento de Psicologia da Educação da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP- Campus Araraquara.

poder-se-ia em tese mergulhar com maior profundidade na busca dessa essência particular do objeto em estudo.

Essas particularidades poderiam ser remetidas à totalidade universal na qual estão inseridas pelos diferentes campos circunscritos pela ciência, e o objeto chegaria a definições mais precisas nesse momento histórico.

Será que para explicar um fenômeno específico, seria preciso renunciar a apreendê-lo em sua complexidade de fenômeno concreto e considerá-lo na sua especificidade?

Claro está que um mesmo universo pode ser interpretado de diferentes maneiras, dependendo dos interesses concretos dos indivíduos ou grupos na sociedade. Desse modo a realidade objetiva a ser conhecida, contém em si o seu limite: a subjetividade. Essa é a parcialidade e limitação intencional que assumimos.

Para descobrir a relação existente entre fatos, Kuhn alerta que "a investigação histórica cuidadosa de uma determinada especialidade num determinado momento revela um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação (...), o que muda com a transição não é a presença de um paradigma, mas antes sua natureza" (Kuhn, 1990, p.67).

Por outro lado, Trotsky em "*A Revolução Traída*" (1979), diz que o que caracteriza uma ciência é o fato de ela ser ao mesmo tempo definida e indefinida, pois a tarefa científica, bem como a política, não é dar uma definição acabada para um processo inacabado, mas seguir todos os seus estágios, separar seus processos de suas tendências reacionárias, expor suas relações mútuas, prever possíveis variantes de desenvolvimento, e encontrar nessas previsões as bases para a ação.

No campo das ciências humanas, o homem é o ponto de partida e de chegada da investigação científica. Assumindo-se que o homem é uma totalidade, produto e produtor das próprias relações sociais, enfim, uma unidade na diversidade, não seria concebível categorizá-lo por uma abordagem fragmentar.

Compreender que o caráter social é o caráter geral de todo movimento implica conceber que da mesma forma que a sociedade produz o homem como homem, ela é produzida por ele. O homem define-se, significa-se, objetiva-se pela produção e desde que começa a produzir, o que só pode fazer socialmente, está na esfera do Humano.

O elo entre indivíduo e sociedade dá-se na medida em que somos ativos socialmente, porque o somos a título de Homens. Daí decorre o fato de a história individual e social se determinarem mutuamente.

Preocupa-nos o homem social, concreto, "*síntese de múltiplas determinações*", enquanto indivíduo que cria a história ao mesmo tempo em que é por ela determinado; expressão tanto das características peculiares que o individualizam (dados de sua biografia) bem como das forças sociais que caracterizam suas relações sociais. Tais aspectos (individuais/sociais) materializam-se nos marcos de uma sociedade concreta, o que implica necessariamente uma concepção integral que considere o homem e o mundo na sua relação recíproca. (Martin-Baró,1983,p.380-423)

Marx e Engels deixaram claro que só existe uma ciência unitária, a ciência da história, que concebe a evolução da natureza, da sociedade, do pensamento, como um processo único, procurando descobrir neste processo as leis gerais de determinados períodos.

A questão da individualidade e sua articulação com a reificação das relações sociais é abordada por Marx num pequeno item dos "*Grundrisse*", denominado "*O dinheiro como relação social*". No texto, Marx considera que a possibilidade do surgimento da individualidade na história é posta pela primeira vez pelo capitalismo.(Silveira,1988, p.129).

Para analisarmos tal questão, tomamos como ponto de partida o referencial teórico de Luckács (1974, p.97-125); Meszáros (1981, p.125-130); Goldman (1967, p.107-152), especialmente os capítulos referentes à reificação, e Sennet (1989, p.35-40).

Nesse alinhamento, pudemos apreender que se seguirmos o caminho percorrido pela evolução do processo, desde o artesanato, passando pela cooperação e pela manufatura, até a máquina-fatura, verifica-se uma progressiva eliminação das propriedades qualitativamente humanas e individuais.

Na sociedade moderna, com o advento da máquina, o processo de trabalho passa a ser retalhado em operações racionais, parciais, que destroem a relação trabalhador/produto.

Com efeito, a racionalização (que só foi viável com o aparecimento do trabalhador livre, que vai ao mercado vender sua força de trabalho), passa a ser um princípio de cálculo quantitativo que leva à decomposição do indivíduo, gera a

especialização, e o produto que forma a unidade com o sujeito desaparece, passando a ser alheio a quem produz.

Nesse processo, a relação dos homens com as coisas, a unidade, é cindida; o produto como mercadoria não coincide já com sua unidade como valor de uso. Além disso, psicologicamente, a fragmentação do objeto de produção é também a fragmentação do sujeito incorporado como parte mecânica do processo.

A atividade perde o caráter ativo para tornar-se contemplativa, pela subordinação do homem à máquina. As relações originais, que constituíam uma unidade coerente e significativa, onde eram mais transparentes as relações humanas, substituem-se por relações racionalmente reificadas, conseqüência inevitável de uma economia mercantil.

Isto quer dizer que os objetos que deveriam corresponder à satisfação das necessidades desaparecem. No lugar do valor de uso, criou-se e desenvolveu-se o valor de troca, que ocupa com exclusividade a consciência dos homens. A atomização, como decorrência da especialização, revela o caráter desumano e desumanizado da produção capitalista.

Como resultante, o processo de hominização passa pela alienação humana. No cerne desta questão está o problema da divisão do trabalho. E é esta divisão que permeia a linguagem, o pensamento, a consciência.

As modalidades da praxis, em vez de fazerem progredir a espécie humana, levam-na à fragmentação, à atomização, a perder de vista as finalidades da essência humana.

No plano das relações sociais, a afirmação da liberdade individual traz a noção de justiça como direito reconhecido a cada indivíduo em detrimento do "Nós". O homem passa a estar separado do todo. A realidade, que era a totalidade natural, passa a ser cindida, e a consciência passa a refletir e refratar não mais o todo harmônico, mas o todo cindido.

Se num momento da história o trabalho do sujeito se incorpora ao mundo que produzia para satisfazer necessidades básicas de uso, agora, com o capitalismo industrial, a reificação se impõe, substituindo o qualitativo (valor de uso) pelo quantitativo (valor de troca); o concreto (trabalho objetivado) pelo abstrato (trabalho alienado); o transparente (caráter humano-social) pelo opaco (caráter humano-particular).

A percepção deformada do processo econômico, falseadora da realidade, não provém da classe dominante e sim do caráter objetivo do sistema econômico como tal, isto é, da diferença entre mais valia e lucro.

É nesse sentido que o fenômeno da reificação, para Sennett (1989), torna as diferenças sociais ocultas, - importantes e necessárias para a sobrevivência - , cada vez mais intratáveis, como mistério. É o sistema de produção capitalizando essa mistificação.

Fantasiar que os objetos físicos têm dimensões psicológicas tornou-se desde logo a nova ordem. Ruíram as distinções entre o sujeito que apreende e o apreendido, o interior e o exterior, sujeito e o objeto. Se tudo tem potencialmente importância, entre aquilo que se relaciona com as necessidades pessoais e aquilo que é impessoal, então, tudo pode importar e nada pode importar.

Não se deveria, portanto, fazer diferença nenhuma entre categorias de objetos, sensações. Tudo "é" realidade propiciou a preparação para a atual era da subjetividade radical no campo da ciência, em particular da Psicologia, permitindo uma visão incompleta e dissociada entre o cognitivo e o social.

A contradição fundamental do regime capitalista reflete-se assim, em todas as esferas da sociedade, desenvolvendo relações sociais alienadas e antagônicas. Torna estranhas as relações sociais, materiais e espirituais. Os indivíduos assumem o caráter de coisas, de seres estranhos.

Por sua vez, idéias, conceitos, doutrinas predominantes nessa sociedade escondem e escamoteiam o verdadeiro significado dessas relações. Como lembraram Marx e Engels, "as idéias da classe dominante de uma época são também as idéias dominantes dessa época" (Marx e Engels, 1972, p.19).

O conceito de propriedade privada não prescinde do conceito de indivíduo, e o conceito de indivíduo na sociedade burguesa tem como referência a propriedade privada, de maneira que a Psicologia, ao tomar para si o estudo do indivíduo e da individualidade, despido de seu caráter de totalidade, portanto fragmentando-o e reduzindo-o mecanicamente, acabou por ser elemento de justificativa e legitimação de uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas.

No quadro histórico do capitalismo industrial, a Psicologia surge como ciência burguesa por excelência, disfarçando e escamoteando a contradição entre indivíduo enquanto ser e sua reificação pela sociedade capitalista, privilegiando ora o homem, ora a sociedade, mas sempre com o objetivo de adaptar o primeiro à

segunda, sem desvendar o conflito inerente e imanente ao quadro histórico em que se realiza.

A nível de concepção de Homem e de mundo, o liberalismo é o arcabouço que dá conta de sintetizar e fundamentar, no plano ideológico, as relações sociais dentro da sociedade capitalista. A idéia de liberalismo está historicamente vinculada à posse de propriedades. O individualismo é o princípio que considera o indivíduo enquanto sujeito que deve ser respeitado por possuir aptidões e talentos próprios atualizados ou em potencial.

Marx tira da dialética imanente à esfera pública burguesa, as conseqüências socialistas de um antimodelo, no qual se inverte de modo peculiar a relação entre esfera pública e privada.

A autonomia privada burguesa, segundo Habermas (1984), faz com que cada ser humano encontre no outro, não a realização, mas as limitações de sua liberdade. Os direitos que garantem esse egoísmo são os direitos humanos, no sentido de ser humano abstrato que, ao perseguir seus direitos privados, não vai além da falta de liberdade do proprietário, mero agente do processo de valorização do capital.

Sennet nos alerta para o fato de que essa inversão faz com que, no mínimo, a questão do "nós" seja posta em questão. E é esse o sentido da sociedade "intimista" que transmuta categorias políticas em categorias psicológicas.

Como decorrência, o desenvolvimento da personalidade enquanto um mal social, começa com a quebra do equilíbrio entre o privado e o público." Usar a máscara é a essência da civilidade. A guerra entre a psique e a sociedade trava-se num outro contexto, dentro do próprio indivíduo" (Sennett, 1989, p.318-319).

É nesse plano que a Psicologia se insere, contribuindo com o conceito de indivíduo fragmentado e segregado dos outros aspectos que dialeticamente o compõem. Ressalta-se que tal conceito ganhava força na medida em que o pensamento liberal defendia a referência social como estando no plano do indivíduo.

Nesse contexto, a Psicologia dá o aparato de legitimação da concepção burguesa, através da reiteração e incorporação do pensamento liberal, ao mesmo tempo em que era reiterada e incorporada por este, na medida em que dissimula as contradições existentes na realidade concreta, acabando por justificá-las.

Para Sennett (1989), a psique é assim tratada como se tivesse uma vida interior própria. Considera-se essa vida psíquica preciosa e delicada que, se exposta

às duras realidades do mundo social, inevitavelmente fenecerá. Ela só poderá florescer na medida em que for protegida e isolada.

Nessa assertiva, "conhecer-se a si mesmo tornou-se antes uma finalidade do que um meio através do qual se conhece o mundo, e quanto mais privatizada é a psique, menos estimulada ela será e tanto mais nos será difícil sentir ou exprimir sentimento" (Sennett, 1989, p.16).

Nos limites, a ciência burguesa (e a Psicologia tida como ciência típica desse contexto), apresenta em todo o seu percurso, com diferentes enfoques, a contradição entre indivíduo e sociedade.

As diferentes abordagens ou teorias expressas pela Psicologia, ao oscilarem ora a uma valorização do indivíduo, ora a uma valorização da sociedade, dicotomizam o processo. É certo que, nos seus próprios limites, essa contradição não seria passível de resolução porque é a base da estrutura e manutenção dessa sociedade.

Desse modo, a Psicologia fragmentada, centrando-se no individualismo, serve de base aos interesses do indivíduo, aos quais se subordinam todos os demais valores. Seu significado, portanto, através deste processo, expressa remete-se para o "eu" em oposição ao "nós".

A Psicologia, assim enfocada, expressa como toda ciência, nas suas distintas concepções e pontos de vista, a posição filosófica que tem por base.

## **2. A REPRODUÇÃO HISTÓRICA DO HOMEM PARTICULAR**

Na assertiva de Marx e Engels, o homem criador de todos os valores é o valor supremo. Neste caminho de indagação, para maiores subsídios na busca para caracterizar o indivíduo representativo, recorreremos num primeiro momento à *"Ideologia Alemã"* (1972) e ao Prefácio à *"Contribuição à Crítica da Economia Política"* (1956).

Numa leitura mais aprofundada, pudemos verificar que o específico, o privilégio de Marx, centra-se na *"essência do homem"* no processo de produção, que, para nós, dimensionou a reprodução do homem particular.

O postulado metodológico, nas palavras de Smirnov, apresentado por Marx na *"Introdução à Crítica da Economia Política"*, trouxe um aspecto

interessante na busca de nosso objeto de estudo: "o concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, por conseguinte, uma unidade no múltiplo. Aparece no pensamento em conseqüência, como processo de concentração, como resultado, e não como ponto de partida"(Smirnov,1987,44).

Por um lado, este postulado levou-nos a imbricações para reconstrução do concreto através da abstração, à concepção do indivíduo humano representativo; por outro lado, ao enfatizar-se as características da contradição entre o enfoque idealista e o dialético-materialista, tendo por referência a relação dual entre o individual e o social, Marx nos atenta para o fato de que, na primeira das formas de análise, parte-se da consciência como se fora um indivíduo vivo; na segunda, correspondente à vida real, parte-se dos indivíduos reais mesmos e se analisa a consciência como sua consciência.

Assim, o ponto de partida de todo conhecimento é a realidade imediata, "o concreto vivente". A esse respeito, diz Marx, "*No Método da Economia Política*": "no método teórico é necessário que o sujeito esteja sempre na representação como premissa", isto quer dizer, buscar-se, desvendar-se os elementos fundamentais, as causas internas para chegar-se à essência (Marx, 1973, p.39).

O que ressaltou neste momento de releitura foi a análise impiedosamente racional dos autores, que reside no fato de que o homem ao nascer encontra um mundo já existente, independente dele, do qual não pode isolar-se. Isto é, nasce em condições sociais concretas, constituídas. Pertence a um grupo social e está ligado a ele economicamente, assimilando sua ideologia, sua moral. Pertence a uma Nação determinada cuja língua e cultura são as suas. Vive um Estado que o obriga, de uma forma ou de outra, a observar suas leis. A opinião do que é bom e do que é mau, do que é digno ou não, o sistema de valores, é dado socialmente; igualmente o conhecimento do mundo, que é ideológico e, portanto, determinado pelo desenvolvimento histórico da sociedade.

Desde o início até o fim de sua vida, vive o homem em estreita comunicação com outros homens, com uma comunidade, com uma sociedade à qual se vincula por inúmeros elos, o que implica também sua determinação sócio-histórica. Esse elo se dá pelo mecanismo de *apropriação*. O Homem assim se apropria dos elementos, das bases, das habilidades da socialidade de seu tempo.

O componente erosivo embutido neste processo, aos olhos de Agnes Heller (1977), instaurou para nós uma dimensão decisiva no que diz respeito à caracterização do indivíduo representativo.

Seguindo suas reflexões: se um ser singular particular se apropria do mundo, ele o faz com objetivo de conservar-se, por conseguinte, põe teleologicamente sua auto-consciência e coloca conscientemente seu eu no centro do mundo.

A consciência do *eu* aparece simultaneamente à consciência do mundo. Dessa forma, a reprodução do homem particular é sempre reprodução do homem histórico, de um particular no mundo concreto que implica, tanto na filogênese como na ontogênese, na sua determinação sócio-histórica.

O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico. Mas o particular transforma-se em indivíduo somente quando atinge a genericidade. A unicidade e irrepetibilidade são fatos ontológicos fundamentais que caracterizam essa particularidade social. (Heller, 1977, p.30-39).

Essas abordagens nos permitiram eliminar, de maneira dialética e definitiva, a dedução do ideológico a partir do psiquismo. Ao contrário, é o psíquico que deve ser extraído do ideológico, num processo interativo.

O indivíduo, o homem, é um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais. Herdeiro e preservador do desenvolvimento humano. Como representante do ser genérico, sua postura implica necessariamente a consciência do "nós". Essa é a teleologia do *humano genérico*, cuja colocação jamais se orienta para o "eu" mas sempre para o "nós".

Reiteramos as colocações de Agnes Heller e entendemos por valor tudo que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou mediamente, para a explicitação desse ser genérico.

A questão basal que se coloca é o fato de não haver um valor carente de uma determinação histórica. Os valores não são extrapolações. Os valores são o que, no momento, nos é dado estabelecer como valor: são realidades individuais dos sujeitos com referência histórica.

Os valores da condição de vida possuem uma unidade em sua diversidade nos aspectos emocional, social, psicológico e ideológico. São sempre um aspecto do real, da realidade que nos é imposta. A valorização, por conseguinte, não é um dado aleatório. Funda-se, ao contrário, na conexão íntima que existe entre possibilidade da forma da sociedade humana concreta vigente, e na estratégia adequada para construí-la.

A orientação valorativa do sujeito é um sistema relativamente estável de orientações fixadas, elaboradas como resultado da capacidade de objetivar do

homem, embasadas em emoções, conhecimentos, convicções, inclinações e capacidades. Isso significa a integração da experiência individual e social.

A orientação de valor de um particular é a expressão do geral, do que constitui o tipo social característico num determinado nível de desenvolvimento social. A orientação de valor é a expressão do particular, do que caracteriza o indivíduo, onde se revelam a concepção de mundo, os princípios morais e as convicções ideológicas de cada indivíduo.

Levamos esse aspecto em consideração, e portanto, não queremos perder de vista que, quando falamos de indivíduo representativo em termos de consciência, falamos que "*a consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo de vida real*" (Marx e Engels, 1980,p.25).

Dizer que o homem é um ente genérico significa afirmar que ele é um ser social. Ele se objetiva sempre no interior de seu próprio gênero e para o próprio gênero. Os componentes da essência humana que caracterizam esse ser genérico e que são inerentes ao homem são para Marx, segundo a interpretação de Markús: a objetivação; a socialidade (historicidade); a universalidade; a consciência e a liberdade (cf. Heller, 1977, p. 49 e 1985, p. 4).

Quando falamos de indivíduos representativos, referimo-nos àqueles que desenvolveram essas características da essência humana, que tem como fundamento a base de todo e qualquer desenvolvimento de valor.

Na ótica de Goldmann (1967), quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um "*Nós*", mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tenda a encobrir esse "*Nós*" e a transformá-lo numa soma de individualidades distintas e fechadas umas às outras.

Com propriedade, José Paulo Netto (1990), afirma que a teoria social de Marx é possível na escala em que a história passa a ter como protagonista *potencial*, um sujeito para o qual a dissolução da positividade capitalista é uma questão vital. Se esse sujeito concreto assume ou não a teoria, eis um problema exterior a ela mesma, embora deste assumir dependa decisivamente o sucesso macroscópico da intervenção do sujeito, intervenção que, em si mesma, é objeto da teoria e para a qual esta se dirige. (Netto, 1990, p. 66).

Se as esferas que compõem a realidade são heterogêneas, então é de todo evidente que o desenvolvimento não pode dar-se de forma unilateral. Há contradição, de tal forma que, ao longo da evolução histórica, nem todos os

aspectos, nem todos os componentes da essência humana se desenvolvem em todas as esferas. Uns se enriquecem, outros empobrecem, às vezes se atrofiam. A historicidade se produz com recuos e avanços, convergindo para ou divergindo das tendências das sociedades.

A partir destas reflexões preliminares, tornou-se imperativo para nós - dada a necessidade de desvendar o desenvolvimento do sujeito histórico social, através de um instrumental analítico crítico - situar com precisão a categoria de "ser genérico".

### 3. Na unidade diferenciada: o indivíduo representativo

Para esse ordenamento, escolhemos as obras de Adam Schaff "*O MARXISMO E O INDIVÍDUO*"(1967); de Agnes Heller; "*SOCIOLOGIA DA VIDA COTIDIANA*" (1977) e "*O COTIDIANO E A HISTÓRIA*" (1985).

Evidenciamos conexões e complementações entre os autores, que consideram o homem como centro da idéia do socialismo científico de Marx, onde o ponto de partida é o indivíduo e seus problemas, isto é, o homem vivo e real.

Para Schaff, a expressão "*ser genérico*" aparece em Marx desde os primórdios de seu pensamento teórico, com pelo menos quatro significados:

- \* Como "ser social", (em sua carta a Feurbach, de agosto de 1844 e na Crítica à Filosofia Hegeliana do Direito - 1843) exprimindo que a essência do homem só está contida na coletividade, na unidade inseparável, laço do homem com os homens, na unidade que só se apóia na realidade da diferença de Eu e Tu. Marx, analisando a dualidade do homem (Introdução à Crítica da Economia Política) na sociedade burguesa, evidencia o seu conflito: por um lado, como indivíduo dirigido pelos interesses privados egoístas do burguês (bourgeois); e por outro lado, como membro da comunidade política (citoyen), onde se realiza o interesse coletivo. Nesse sentido, há superposição do privado sobre o público e, como resultado originou-se a imagem do indivíduo isolado que só surge na sociedade atomizada da livre concorrência;
- \* Como "*ser que forma um exemplar da espécie*" (citação de Grundrisse, 1857; Ideologia Alemã e em Teses sobre Fierbach), explicita que o homem se relaciona sincrônica e diacronicamente à espécie, o que compreende uma disposição, uma capacidade, uma determinação, uma realização que só é possível do ponto de vista da espécie biológica, dividindo com os da mesma espécie propriedades gerais no processo de produção;

- \* Como "*ser que inicia de maneira consciente a atividade vital*" (Manuscritos 1844 e no 1º volume do Capital), estabelece a atividade consciente. Distingue o homem, de imediato, pela atividade vital animal, estabelecendo a famosa comparação entre a abelha e o arquiteto, ou seja, a própria vida liga-se à atividade produtiva consciente;
- \* e como "*ser que corresponde ao modelo do homem*" (idem - 1884), resultante da introspecção do homem sobre as capacidades e tarefas da própria espécie, um modelo de que resultam normas para o comportamento, ligando a expressão "ser genérico" à "essência do homem", "homem verdadeiro" e "homem real" (Schaff, 1967, p.53-87).

Se o ponto de partida lógico, na teoria de Marx, é o indivíduo humano, vivo e real, então não se pode partir do que dizem e imaginam os homens, nem dos homens pensados e imaginados, para chegar-se ao homem real. Há convicção de que o homem existe como espécie, e como indivíduo, que é um exemplar dessa espécie, um resultado e produto do desenvolvimento histórico, e portanto, como resultante, "a natureza humana" é um produto social. A categoria marxiana de natureza humana não é imutável, irreconciliável com historicismo.

Segundo essa argumentação, há historicidade, socialidade, historicamente modificada.

Partimos então da unidade essencial: indivíduos humanos como seres vivos, corporais, objetivos, que além de ser produto da evolução biológica das espécies, são um produto histórico, um produto mutável nas diversas etapas da evolução da sociedade, conforme pertença a uma ou outra classe e camada da mesma sociedade.

Porém não se trata de uma unidade indiferenciada, bem ao contrário, há por um lado: os "*homens reais*", "*indivíduos concretos*" reificados; e por outro lado, o "*homem verdadeiro* ou "*representativo*", que corresponde à imagem de suas possibilidades.

A categoria *homem representativo* só é compreensível quando a opomos à categoria *homem real*. E esta categoria *homem universal* também só é compreensível em oposição ao *homem alienado*, cindido, limitado e mutilado.

Depois da aparição da divisão social do trabalho, no mecanismo de apropriação, "*os particulares*" se apropriam de alguns aspectos das capacidades genéricas que se desenvolveram em dada sociedade. Apropriar-se das habilidades do ambiente significa não só interiorizar e desenvolver as capacidades humanas,

mas ao mesmo tempo apropriar-se da alienação. Como decorrência, "*lutar contra a dureza do mundo*", "*contra o mundo intimista*" ou o "*humanismo em choque*", resulta em formar e deformar o homem particular. Essa é a teoria da "*particularidade mistificada*", explicitada por Heller, onde a mistificação da unicidade é a mistificação de um aspecto da particularidade alienada. (Heller, 1977,p.37-38; Sennett,1989,p.17; e Schaff, 1967,p.183).

Assim, cada particular está em relação com o conjunto dado, com a totalidade da integração social dada. Essa relação é critério determinante para que as capacidade pessoais se elevem ao nível do humano-genérico, isto é, "*da genericidade*".

Essa postura crítica à vida burguesa, busca e encontra os fundamentos dessa situação na estrutura social em sua totalidade, nega-a e acentua a estrutura reificada do mundo, projetando de um modo revolucionário um mundo mais humanizado.

Marxismo é humanismo, é o homem como ser supremo, é a luta pela modificação das condições sociais, exortando para a abolição das causas existentes que humilham, fragmentam e tornam os homens infelizes.

Schaff (1967) afirma que o homem se encontra na situação de "*feiticeiro mágico*", já não conseguindo libertar-se dos espíritos que ele próprio invocara. A tarefa consiste exatamente nisso: transformar o mundo desumano, em que dominam os objetos, num mundo de homens livres, que possam formar conscientemente o seu destino, e para os quais o bem supremo seja o próprio homem. Um humanismo entendido de tal forma representa desmascaramento e transformação dos contrastes fundamentais do mundo alienado.

Para a teoria em pauta, o que conta é que a condição civil deriva da propriedade: a participação cívica - o estatuto de cidadania - depende da condição proprietária.

Está claro: é cidadão quem é proprietário - correlativamente, a liberdade (cívica) se embasa na propriedade. Esta é a pedra de toque de Locke e de toda a tradição liberal e dela dimanam todas as insolúveis antinomias que impedem a esta tradição assumir de modo não restritivo a problemática da democracia.(Netto,1990,p.18).

#### 4. CONCLUINDO

Com base nestas reflexões, vimos que o sistema da propriedade com sua divisão do trabalho mutila e impede a evolução do homem representativo e universal. Nesta ordem social aparece o "*homem real*".

A eliminação da alienação na vida social transformaria o indivíduo humano num "*ser genérico*". Dessa forma a objetivação da atividade prática humana só é levada a cabo quando o homem é capaz de combater de maneira consciente essa alienação na história.

Entendemos que a escolha consciente - e este é o sentido essencial da liberdade do indivíduo - existe quanto mais consciente for sua escolha das ações, orientadas para um determinado objetivo. A liberdade se obtém na medida de sua consciência dos objetivos e caminhos a aspirar pela escolha de ações correspondentes.

É de todo evidente que toda escolha consciente - tendo em vista a função social que exercem os dirigentes - é feita em virtude de um determinado sistema de valores, com o qual o indivíduo pode identificar-se ou com ele entrar em conflito, independentemente da escolha feita. Sem dúvida alguma, o conflito é a rebelião das sadias aspirações humanas contra o conformismo.

A possibilidade da liberdade do indivíduo, assim compreendida, está em contradição com a espontaneidade da evolução histórica, e não com seu caráter objetivo. Aqui delimitamos a concepção da liberdade como necessidade reconhecida. Escolher entre possibilidades, eis o fio condutor que caracteriza o produto da História, o indivíduo em sua integralidade: *o indivíduo representativo*.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOLDMANN, L. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

HELLER, A. *Sociologia de la Vida Cotidiana*. Barcelona, Península, 1977.

- KUHN, S.T. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo, Perspectiva, 1990.
- LUCKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. Porto, Escorpião, 1974.
- MARTIN BARÓ, J. **Acción e Ideologia - Psicologia Social desde Centro América**. San Salvador, UCA, 1983.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Lisboa, Presença, 1980, 4ª edição.
- MARX, K. e ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Montevideo-Barcelona, Pueblos Unidos-Grijalbo, 1972.
- MARX, K. e ENGELS, F. *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*. In **Obras Escolhidas**. Rio de Janeiro, Vitória, 1956.
- MESZÁROS, I. **MARX: A Teoria da Alienação**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- NETTO, J. P. **Democracia e Transição Socialista**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.
- SCHAFF, A. **O Marxismo e o Indivíduo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.
- SENNET, R. **O Declínio do Homem Público - As Tirantias da intimidade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- SILVEIRA, P. **O Fetichismo da Mercadoria**. Cadernos USP, São Paulo, 5 : 127-135, 1988.
- SMIRNOV, G. **El Hombre Soviético: la Formación de la Personalidad Socialista**. La Habana, Política, 1979.
- TROTSKY, L. *A Revolução Traída*. In: Miranda, O., (org) **Trotsky**. São Paulo, Ática, 1979.

## ABSTRACT

In this article considerations are elaborated concerning the theoretical and methodological importance of considering the individual in a context, under a social - historical approach. A double conception of this object of study was noted: "The real men", "concret individuals" living in the world of alienation, which deforms, mutilates and limits their evolution; and the "representative, total or true men", who correspond to the image of their historical possibilities. This article

presents the beginning of a discussion about this object, without the intention of exhausting it, or of explaining the many facets that compose it.

**Key Words :** psychology and marxism ; appropriation; individuals and social values; representative individual.

**Palavras - Chave:** psicologia e marxismo ; apropriação; valores individuais e sociais; indivíduo representativo.